

Museu Nacional Resistência e Liberdade

Fortaleza de Peniche

TESTEMUNHO

José Jaime Ferreira Fernandes

(Jaime Fernandes)

Registo Geral de Presos n.º 28 565

ATIVIDADES ANTES DA 1ª PRISÃO

Aos 12 anos, a família foi viver para Santarém.

A ida para Santarém abriu-me os horizontes. Os filmes passados pelo Cineclube, seguidos de debates, as conferências e as peças de teatro representadas no Círculo Cultural Scalabitano, bem como os contactos com os frequentadores de tais eventos, foram o caminho para uma tomada de consciência política e, por uma questão de dignidade, da consciência de ter de desenvolver atividades políticas contra uma ditadura que me envergonhava como ser humano.

As prisões, as torturas e os assassinatos a que os opositores do regime estavam sujeitos eram dramáticos e condição suficiente para combater a ditadura; a censura, que impedia a liberdade de expressão, como a da informação e a artística, era humilhante. Teimar em manter uma Guerra Colonial, condenada pela ONU e por quase todos os países do mundo, com consequências catastróficas, a nível económico e em perdas humanas, era mais uma

importante razão para não dar tréguas ao regime. Os contactos com os estudantes universitários de Santarém, que estudavam em Coimbra e em Lisboa, que traziam novas ideias e informações sobre as lutas que travavam nas universidades contra a ditadura, eram mais uma contribuição para me envolver cada vez com mais afinco. Às atividades culturais fui somando as atividades políticas.

Em determinada altura, cansado de conversas, de teorias e de atividades de cariz intelectual, e impaciente por não ver resultados palpáveis com as atividades que desenvolvia, e por me convencer de que não seria às mesas dos cafés que se iria derrubar a ditadura, procurei atividades que pudessem ter resultados mais concretos, mais revolucionários. Fui trabalhar para uma fábrica de plásticos, em Leiria, **com o objetivo de tentar desenvolver atividades políticas junto dos operários**, bem como movimentos reivindicativos nas fábricas. Cerca de um ano depois, em 1967 e já com 19 anos aceitei um convite para me filiar no Partido Comunista Português, cujas atividades já vinha a acompanhar através de imprensa que me era dada a ler.

Cerca de um ano depois, com um grupo de jovens, encabeçámos um movimento reivindicativo em várias fábricas. Recolheram-se assinaturas em textos em que se exigiam aumentos salariais e melhorias das condições de trabalho, e que viriam a ser entregues nos escritórios das fábricas. Os patrões reagiram mal, com ameaças, mas pouco tempo depois os salários foram aumentados. Foram criadas várias células do PCP, só com jovens, que distribuía imprensa clandestina pelos trabalhadores. De noite, e de bicicleta, espalhávamos panfletos nas áreas fabris de Leiria, Marinha Grande e Vieira de Leiria. À noite, juntávamo-nos para ouvir a Rádio Liberdade, de Argel, com a locução de Manuel Alegre.

Em 1968 fui convocado para o serviço militar e em 1969 viria a ser colocado na Escola Prática de Cavalaria, em Santarém, o que me permitiu recomeçar as atividades de que me ocupava quando saía da cidade. **Embrenhei-me intensamente na campanha eleitoral de 1969**, pela CDE do Distrito de Santarém, nomeadamente no apoio aos candidatos a deputados, na organização de comícios, sessões de esclarecimento e debates, e na distribuição de propaganda. Particpei em reuniões, em assembleias e em caravanas automóveis.

Na atividade da juventude participei em convívios, bem como em jornadas de confraternização. Particpei, em representação do distrito de Santarém, nos Encontros Nacionais das CDE's, como os de S. Pedro de Moel (onde foi aprovada uma plataforma entre vários sectores da oposição à ditadura), Hotel Eurosol, em Leiria, e Palácio Fronteira, em Lisboa. Nestes encontros participavam, entre outros, Jorge Sampaio, Salgado Zenha e Vasco da Gama Fernandes. Fiz parte de delegações de Santarém para convidar candidatos e deputados:

a Nafarros, para convidar Maria Barroso, que aceitou; a Lisboa para convidar José Carlos Vasconcelos, que não aceitou. Depois de um amplo encontro de jovens oposicionistas, em Vila Franca de Xira, onde ouvi um discurso entusiástico de António Reis, que viria a ser Grão-Mestre da Maçonaria, sugeri que ele fosse convidado para candidato dos jovens, pelo distrito de Santarém; viria a aceitar o convite. Integrei um comité do PCP que acompanhava as atividades da CDE do Distrito de Santarém, com elementos de várias localidades do Distrito.

Durante a campanha eleitoral, acompanhei de perto várias iniciativas desenvolvidas em Alpiarça, onde havia uma forte resistência à ditadura, em Torres Novas e noutras povoações.

Durante vários anos, promovemos, em Santarém, de várias formas, algumas comemorações, como o Dia Internacional da Mulher, o 1º de Maio e o 5 de Outubro. As conferências e os debates eram as formas mais habituais. Eram usadas as instalações do Cineclube, do Círculo Cultural Scalabitano, da Associação Académica de Santarém e dos “Caixeiros”, onde os Corpos Sociais eram recetivos a tais eventos. Eram convidados antifascistas e os melhores intelectuais portugueses.

No 1º de Maio de 1971 fui lançar foguetes, com um camarada, para comemorar a data. Nenhum de nós tinha tal experiência. Depois de termos lançado alguns foguetes, queimei-me numa das mãos, obrigando-me a largar o foguete, que caiu em cima dos restantes, acabando por explodir e causar um grande estrondo. Fugimos apressadamente do local e atascámo-nos de lama. Tivemos de limpar o calçado, o que nos fez atrasar para a receção de um economista e candidato a deputado pela CDE de Setúbal, que tínhamos convidado para uma conferência no Círculo Cultural Scalabitano, também com o objetivo de comemorar o 1º de Maio. Na cidade já **circulava um conhecido carro da PIDE** a tentar detetar o local de onde tinham sido lançados os foguetes.

O Cineclube de Santarém foi sempre conotado com a oposição à ditadura. Todos os meses se projetava um filme no Teatro Rosa Damasceno. Depois dos filmes, os interessados iam discutir para a sede do Cineclube, em frente ao Teatro, por onde os Pides andavam sempre a farejar. Foi nestes debates que comecei a despertar para as questões políticas. O Cineclube era a instituição cultural que mais frequentava e onde desenvolvia mais atividades. Com outros companheiros, ocupava-me na projeção de filmes de 16 mm em coletividades e outras instituições. O filme “O Couraçado de Potemkin”, do Eisenstein, foi projetado várias vezes na sede do Cineclube com grande expectativa. **O filme tinha vindo clandestinamente de Paris.** Também organizámos debates e conferências, em conjunto com outras instituições culturais da cidade.

Nos últimos anos, antes do 25 de Abril, os corpos sociais e os ativistas culturais do Círculo Cultural Scalabitano eram, com grande predominância, da oposição democrática. Realizaram-se vários ciclos de conferências. Tinha um grupo de teatro, de onde despontou o ator Mário Viegas. Para além da Orquestra Típica Scalabitana, tinha o Órfeão Scalabitano, que integrei, dirigido pelo maestro José Robert, que nos tinha sido sugerido por Fernando Lopes Graça. O reportório integrava várias harmonizações de Fernando Lopes Graça, a partir da música popular portuguesa.

Na **Associação Académica de Santarém** também se realizavam debates e conferências. Lembro-me de um debate sobre literatura ribatejana, para o qual tinham sido convidados três escritores ribatejanos: José Saramago, Severiano Falcão e Júlio Graça. A sala estava repleta, e salpicada, aqui e ali, por elementos estranhos ao assunto em debate: agentes e informadores da PIDE, de vigília. A fina ironia e o sarcasmo corrosivo usados amiudadas vezes pelos escritores faziam soltar sonoras gargalhadas da assistência, ridicularizando, ora os “bufos” assistentes ora o regime político vigente.

Mas a grande gargalhada foi produzida pela resposta de José Saramago a uma pergunta relativa à expulsão de Portugal, do coreógrafo francês Maurice Béjard. Sabia-se que tinha sido expulso por ter dedicado, num espetáculo em Lisboa, uma das danças do seu grupo, à luta dos movimentos de libertação das colónias portuguesas. Palavras de Saramago: “Neste país, tudo o que vem do estrangeiro é olhado com desconfiança. Deve ser por isso que estamos... orgulhosamente sós... Eles lá terão as suas justificações. E mais uma vez parece que tiveram razão ao expulsarem do país um coreógrafo francês... porque afinal o homem parece que tinha sarna...”

Na sala dos “Caixeiros” realizou-se uma memorável conferência de Fernando Lopes Graça, figura de elevada estatura intelectual e artística, sobre música popular portuguesa. Compositor, musicólogo, maestro, pianista e escritor, nascera no Ribatejo e estivera desterrado pela polícia política, em Alpiarça, após completar o Curso Superior de Composição. Ao longo da sua vida viria a ser preso várias vezes pela polícia política e proibido de exercer a sua profissão, o que o empurrou sistematicamente para fora do país.

De pé, munido de um gravador, de voz afável e em tom de cavaqueira, Fernando Lopes Graça foi desenrolando as suas histórias e ilustrando a sua palestra com exemplos gravados, tornando-a mais viva. A assistência estava encantada com o orador e ia-lhe colocando questões, dando-lhe a oportunidade de explanar os vastos conhecimentos em vários domínios e a sua profunda sabedoria musical. A simplicidade com que descrevia matérias de tão elevado

saber prendia de tal modo os presentes que ninguém arredava pé. Respondendo a uma questão da assistência desfez-se em elogios a Michel Giacometti. Enalteceu o papel grandioso, quase heroico, de alguém que, apesar de ter nascido na Córsega, calcorreava os campos de Portugal a recolher o que restava das raízes musicais do povo português, trabalho profícuo, dado o nosso atraso cultural e económico, de que derivava uma ainda intensa atividade rural, preservadora de culturas ancestrais. De gravador às costas, muitas vezes involuntariamente com fome, de aldeia em aldeia, contactando as populações, ia guardando utensílios das atividades rurais e domésticas, assim como instrumentos musicais antigos. Mas a sua principal função era a recolha das melodias anónimas que o povo cantava durante as suas atividades económicas e sociais. Não fora o seu atempado empreendimento e muito da cultura portuguesa se perderia para sempre, com a rápida e inexorável decrepitude das atividades rurais e da desertificação dos campos. Lopes Graça referiu ainda a colaboração que lhe ia dando e as imensas melodias que harmonizara, para coro, a partir das recolhas de Giacometti, que iam sendo interpretadas por imensos coros e transcritas das mais diversas maneiras, constituindo um valioso património cultural do país.

Uma das tarefas do PCP que desempenhei foi a de **transportar uma mala com armas**, de Santarém para Lisboa. Pedi a um emigrante em França, que todos os anos vinha a Portugal passar férias, e era militante do Partido Comunista Francês, para fazer o transporte no seu carro, sem lhe revelar o conteúdo da mala. Mas, por questões de segurança, durante a viagem tive de o informar para o prevenir no caso de a polícia nos mandar parar. Quando soube, assustou-se seriamente e quis voltar para trás, mas o bom senso imperou e cumprimos a tarefa até ao fim.

Em 1970, com vários companheiros de Santarém, deslocámo-nos a Vila Franca de Xira, ao **funeral de Albina Pato**. Fora presa pela PIDE, com dois filhos, de dois e seis anos, que teve de levar para a prisão de Caxias por não ter a quem as confiar. As torturas e o receio de que lhe tirassem as crianças causaram-lhe graves perturbações no sistema nervoso. Depois de vários anos presa e com o marido - Octávio Pato - preso na Cadeia da Fortaleza de Peniche, quebraram-se-lhe as resistências e suicidou-se. O apertado controle do funeral pelas forças policiais desencadeou uma reação da multidão presente, dentro e fora do cemitério, reprimida selvaticamente pela GNR, a cavalo.

Paralelamente a estas atividades em Santarém, fiz parte de um grupo, politicamente heterogéneo, em que pontificava o poeta surrealista António José Forte, responsável pela Biblioteca Itinerante da Gulbenkian e que trazia frequentemente novidades de Lisboa, dos contactos que matinha com outros surrealistas, nomeadamente no Café Gelo. Era uma tertúlia

em que se debatia tudo, sem tabus, com incidência nas artes e na política. A ironia que atravessava as conversas era arrasadora e não poupavam o PCP. Apesar disso achei que deveria continuar no grupo. Esses convívios proporcionaram-me uma grande aprendizagem e abriram-me outros horizontes, que me marcaram para o resto da vida. Várias vezes, a horas tardias, saíamos dos cafés e íamos para casa de algum dos presentes para continuarmos as conversas e para sessões de leitura de poesia. Essa tertúlia e o trabalho político na CDE, com sectores que tinham posições políticas diferentes das minhas, talharam em mim a tolerância e uma abertura a ideias diferentes que ficaram para sempre.

1ª PRISÃO

Quando já integrava o Comité Sub-regional do Alto Ribatejo, do PCP, **fui preso por quatro agentes da PIDE** em casa dos meus pais, em Santarém, ao romper do dia, no dia 30 de Junho de 1971. Dois ficaram a vigiar a casa e os outros irromperam pela casa dentro, assim que lhes abriram a porta. Acordei com os dois agentes da PIDE na minha frente a identificarem-se e a informarem-me de que me iriam levar com eles. Tentei vestir a farda militar mas disseram-me que deveria ir à civil.

Num carro, fui conduzido à Delegação da PIDE de Santarém, de onde segui para a Sede da PIDE, na **Rua António Maria Cardoso**, em Lisboa, onde formalizaram a prisão; tiraram-me fotografias, fizeram um primeiro interrogatório e transferiram-me para a Cadeia do Forte de Caxias. Durante esse trânsito os agentes, comandados por um chefe de brigada, foram demonstrando a sua índole, com insultos, ameaças e encontros.

Fiquei em isolamento durante alguns dias até ser acordado a meio da noite e levado para uma sala de tortura, no Reduto Sul do Forte de Caxias, para me obrigarem a dar-lhes informações. Permanentemente guardado por agentes da PIDE **permaneci uma semana sem dormir, com várias sessões por dia de interrogatórios e espancamentos**. Eram sessões em que se colocavam um torturador em cada canto da sala, empurrando-me de uns para os outros, aos pontapés e aos murros até cair no chão; quando caía era sovado com uma matraca de borracha; as sessões de tortura só terminavam depois de cair várias vezes ao chão e já não me conseguir levantar. Sempre que iniciavam nova sessão de tortura, os ossos e a carne doridos e negros estavam já frios, provocando dores lancinantes até aquecerem de novo. Nos intervalos das sessões de tortura física, para não adormecer, metiam-me a cabeça dentro de um balde de água, faziam ruídos, empurravam-me e esbofeteavam-me. Ouvia, sistematicamente, gritos de pessoas a serem torturadas em salas ao lado, que não sei se eram verdadeiros ou se eram

gravados. Depois de alguns dias sem dormir comecei a ter alucinações: as paredes e o chão apresentavam-se com deformações onduladas; as paredes pareciam que me iam apertar e esmagar; via bichos esquisitos por todo o lado; ouvia zumbidos de grande intensidade. Para me quebrarem a vontade de resistir foram desenrolando as minhas atividades políticas clandestinas, incluindo pormenores, o que me levou a concluir que alguém do PCP, com responsabilidades políticas, teria dado informações. Mais tarde vim a saber que **o meu controlador político tinha passado a colaborar com a PIDE**, depois de ter sido preso, pouco tempo antes, e que um dos membros do Comité Sub-regional do Alto Ribatejo do PCP, com quem reunia, colaborava com a PIDE, depois de ter sido preso, alguns anos antes.

Evidentemente que a PIDE sabia de todas as minhas atividades políticas. Perante a minha resistência em prestar declarações, foram insistindo em que eu assinasse documentos que me comprometiam e incriminavam para mais facilmente justificarem a minha prisão, a futura condenação em tribunal e, sobretudo, ficar comprometido perante o partido. A tortura psicológica foi usada, constantemente, para me quebrar o ânimo e fazer desacreditar no partido, na família, nos amigos e nas causas por que me batia. Mencionavam frequentemente que não sairia dali vivo se não revelasse as informações que desejavam.

Pela primeira vez, tive a sensação de estar completamente **isolado do mundo**, absolutamente à mercê de criminosos, com as mãos livres para me fazerem tudo o que quisessem, incluindo tirarem-me a vida, com completa impunidade, sem que ninguém me pudesse valer: nem família, nem amigos, nem instituições. As torturas físicas brutais e a fragilidade psicológica em que me encontrava, devido à tortura do sono, convenceram-me de que estariam apostados em levar as torturas até à morte. Acabei por assinar alguns documentos sem ter consciência do que assiniei.

Passado algum tempo, por ter explodido o paiol da Escola Prática de Cavalaria (que puseram a cidade de Santarém em alvoroço), viria a ser novamente interrogado e espancado porque desconfiaram que teria ligações à ARA (Ação Revolucionária Armada), o que não era verdade.

Mais tarde vim a saber que a violência das torturas dependia bastante da condição social dos detidos. Ter declarado ser operário, em vez de estudante, saiu-me bastante caro.

Depois de acabarem os interrogatórios passei por celas coletivas onde a organização dos presos estava num estado adiantado de organização. Constatei que **havia comunicação entre todas as celas** e das mais variadas maneiras. A comunicação com toques na parede era a mais rápida e eficaz e tinha várias formas. A mais rápida era com um morse reinventado, usando-se um toque para o ponto e dois toques rápidos para o traço. Desta maneira jogavam-se jogos de

xadrez, entre celas. Quando os presos não se conheciam, iniciavam as comunicações de forma mais primária: os toques na parede correspondem à ordem das letras no alfabeto; por exemplo, o C correspondia a três toques. Quando se quis convocar uma greve de fome para que a qualidade da comida melhorasse e para termos direito a ouvir discos nas celas (que viríamos a conseguir), os responsáveis pela convocação colocaram as instruções num ferro de engomar; como a cadeia só tinha um, um dos presos em cada cela, depois de avisados por toques na parede, foram-no pedindo como se fosse para engomar a roupa; desatarraxavam um parafuso na parte de trás e tiravam uma peça que escondia um papel muito fino, com as instruções; liam e voltavam a colocá-lo no mesmo sítio. O desentupidor de canos também foi utilizado com o mesmo objetivo. Colocava-se o papel no buraco onde se atarraxava o cabo.

Eram efetuadas diariamente várias revistas às celas e os presos deveriam estar perfilados para serem contados. Para a revista da manhã, acordavam-nos para nos levantarmos e irmos para a fila. A certa altura deixei de o fazer e passei a ficar deitado. Daí em diante **cortaram-me as visitas.**

Nas celas, passávamos os dias a conversar, a ler, a jogar e nos trabalhos domésticos, que distribuíamos por todos. A limpeza da cela e da loiça era feita pelos detidos. Todos os bens levados pelas famílias eram entregues por cada um à comunidade, exceto coisas pessoais. As refeições eram coletivas, numa mesa corrida. O recreio era em terraços, no último andar do edifício e incluía todos os reclusos que estavam na cela.

Fui julgado no Tribunal Plenário da Boa-Hora, em Lisboa, em Fevereiro de 1972. Levava um papel para ler durante o julgamento, que me foi retirado durante o caminho da Caxias para o Tribunal. Apesar disso, denunciei as torturas a que fui sujeito, com o juiz a interromper-me frequentemente. Fui condenado a 22 meses de prisão. Os outros dois presos que faziam parte do meu processo saíram em liberdade.

No mês seguinte **fui transferido para a Cadeia da Fortaleza de Peniche** para cumprir a pena. Fui colocado no **Pavilhão A**, onde todos os presos conviviam, fazendo uma vida coletiva e dividindo as tarefas. Ao Pavilhão chegavam o jornal Avante e informações escritas, dentro de maços de tabaco; os maços eram abertos pela parte de baixo, cortavam os cigarros ao meio, nesse espaço vazio metiam os papéis ou o Avante, e voltavam a colar o maço de tabaco. Os guardas nunca detetaram nada porque só abriam os maços pela parte de cima. Em Peniche, conseguimos o direito de ver televisão até ao fecho da emissão. Na primeira noite em que isso aconteceu tivemos de ver o concurso das misses até de madrugada, só para consolidarmos a conquista. Foi-me concedido fazer exames a várias disciplinas do ensino secundário; para tal,

deslocaram-se à prisão vários professores da Escola de Peniche, que tiveram um comportamento extraordinário, facilitando-me os exames.

Como estava no serviço militar aquando da minha prisão, a condenação civil foi convertida em prisão militar, acabando por ser transferido da Cadeia da Fortaleza de Peniche para o Presídio Militar de Santarém, onde passei os últimos meses da pena. A transferência foi efetuada pela Polícia Militar. Pelo caminho, quem comandava a força militar mandou desviar o jeep para uma mata e convidou-me a dar um passeio com ele. Disse-me que conhecia bem alguns dos presos que estavam em Peniche, da área de Vila Franca de Xira, que tinha entrado em várias lutas de resistência com eles e nomeou alguns. **E colocou a possibilidade de me deixar fugir**, se assim o pretendesse. Agradei-lhe a disponibilidade mas disse-lhe que a fuga não faria sentido, dado que me faltavam poucos meses para acabar a pena e por não querer sair do país, para além das sanções que ele iria sofrer. Depois do 25 de Abril confirmei, com alguns camaradas que ele nomeara, o que ele tinha dito e adiantaram-me que seria uma pessoa voluntariosa e séria.

Durante a reclusão, alguns presos mais politizados, quando souberam que estava preso por motivos políticos, foram-se aproximando e conversando. Rapidamente formámos um núcleo com o objetivo de reivindicar melhores condições para os presos, desde a comida às instalações e ao modo de vida dentro do Presídio. Comecei a receber literatura clandestina e a distribuí-la. Quando estava em andamento um levantamento de rancho, fui libertado, para surpresa minha. Fazia parte do regulamento prisional que os presos teriam uma redução da pena se não tivessem qualquer castigo durante a reclusão. Mas pensava que dada a minha condição de preso político não iriam aplicar tal medida. Acabei por sair com pouco mais de dezoito meses de prisão, sendo **transferido para a 1ª Companhia Disciplinar, de Penamacor**, por uma escolta militar, com o objetivo de ir lá acabar o serviço militar, pois faltavam-me três meses para completar os três anos de serviço militar obrigatório. Viria a saber que a contestação às miseráveis condições de vida no Presídio Militar se intensificaram.

Em Penamacor viria a reencontrar Amadeu Lopes Sabino, advogado, com quem tinha estado, com Fernando Rosas, na mesma cela, no Forte de Caxias, e que tinha sido despromovido de oficial para soldado. Só permaneci em Penamacor algumas dias porque o Comandante, que manteve comigo algumas simpáticas conversas, decidiu mandar-me para casa de licença registada, até ao fim das minhas obrigações militares. Só lá voltei para entregar a farda, quando expirou o serviço militar.

O Presidente do Sindicato dos Jornalistas, António Santos, com quem estivera preso em Peniche, conseguira abrir o caminho para que fosse trabalhar para o jornal A Capital, em Lisboa. Fui trabalhar como documentalista, para o Centro de Documentação.

No jornal viria a integrar uma comissão de trabalhadores, com existência clandestina, formada por elementos de várias secções, com propósitos reivindicativos e sindicalistas, e para tomar posição acerca da orientação do jornal e da política do regime. Para tal foram elaborados e distribuídos comunicados e panfletos.

ATIVIDADES ANTES DA 2ª PRISÃO

A trabalhar e a viver em Lisboa, não consegui resistir a comemorar o 1º de Maio de 1973, no Rossio de Lisboa, para onde estava marcada uma manifestação. Posicionei-me no Largo de S. Domingos para ver o que ia acontecendo. Nunca tinha assistido àquele tipo de manifestação. As pessoas andavam à volta, pelos passeios do Rossio. O número de pessoas foi aumentando. Quando os passeios estavam repletos começaram a ouvir-se palavras de ordem, altura em que a polícia de choque que estava localizada atrás do Teatro D. Maria II saiu para o Rossio, com cães. Como não me dava jeito ser preso outra vez, corri no sentido do Martim Moniz, onde apanhei um elétrico que ia no sentido da Praça da Figueira, para ver o que se estaria a passar. Vi um jovem a ser espancado pela polícia quando saía da boca do metro ficando com a cabeça ensanguentada.

Em Lisboa, acompanhei de perto algumas lutas muito acesas que se travavam nos sindicatos, nomeadamente dos bancários e dos caixeiros: trabalhadores de vários setores, depois de desalojarem dezenas de direções sindicais fantoches, colocadas nos sindicatos pelo regime, estavam a conseguir realizar assembleias gerais com muitas centenas de trabalhadores. A ditadura, sentindo o perigo dessa mobilização, não hesitara em desencadear **uma forte repressão**: destituíra várias direções sindicais, prendera vários sindicalistas e enveredara pela proibição de algumas assembleias.

Particpei na campanha eleitoral da CDE do Distrito de Lisboa, em 1973. Durante uma sessão política da CDE, na Sociedade Nacional de Belas Artes, juntou-se muita gente na rua promovendo-se uma manifestação espontânea em que participei. A polícia deu ordem para dispersar e carregou com brutalidade os manifestantes.

Depois do processo eleitoral algumas instalações da CDE permaneceram abertas e continuaram a fazer-se reuniões, numa situação de semilegalidade ou semiclandestinidade, numa tentativa de forçar a sua legalização. Durante este movimento de resistência ao fecho das instalações, veladamente, ou às claras, os democratas eram ameaçados e foram-se sucedendo as prisões. A pouco-e-pouco a polícia foi encerrando as instalações, acabando com qualquer ilusão de abertura do regime.

2ª PRISÃO E LIBERTAÇÃO DOS PRESOS POLÍTICOS NO 25 DE ABRIL DE 1974

No dia 6 de Abril de 1974, já depois da tentativa de golpe militar de 16 de Março, a CDE do Distrito de Lisboa convocou um Plenário para fazer o ponto da situação e decidir as medidas a tomar. A reunião, em que participei, começou de manhã, numa cave do bairro de Benfica. Há hora do almoço Interrompeu-se a reunião. Num bairro pacato, num domingo, mais de meia centena de pessoas a saírem e a entrarem de uma cave deu nas vistas, como seria de esperar. Era uma movimentação desusada para aquele dia e para aquele local, normalmente sossegado.

Recomeçados os trabalhos, um agente da PSP rondou o local para tentar perceber o que se estaria a passar naquela cave. No interior da sala, foi notada a movimentação do polícia e o assunto imediatamente colocado a debate. Discutiram-se as estratégias de defesa. Ficou decidido que a informação a dar à polícia seria a de que a reunião fora convocada para decidir a formação de uma cooperativa (penso que as polícias nunca acreditaram em tal versão). Pouco tempo depois, o espaço foi invadido pela PSP e dada ordem de detenção a todos os presentes. Lá fora, duas carrinhas da polícia estavam prontas para os transportar. Ao atravessarem Lisboa a caminho das instalações da PSP, no Chiado, as carrinhas causaram grande alarido porque era bem visível para o exterior a grande quantidade de presos que iam lá dentro, devido às amplas janelas de vidro. A notícia correu rapidamente.

A identificação dos detidos foi morosa e nervosa. Lá fora, na rua, familiares preocupados começaram a juntar-se e a tentar obter informações. Advogados ligados à oposição democrática, e com nome na praça, apareceram em peso exercendo pressão para a libertação dos presos, que incluíam alguns colegas de profissão. A pressão e a tensão aumentavam. Pela noite dentro começaram a ser libertados alguns detidos, sem se conhecerem os critérios. Os restantes foram transferidos para a Cadeia do Forte de Caxias

No dia 25 de Abril de 1974, permaneciam presos cerca de meia dúzia dos que estavam no Plenário da CDE. Como fazia parte dessa meia dúzia assisti à complicada saída dos presos políticos de Caxias. **No dia 25 detetámos que algo de anormal se estava a passar.** Estranhámos a ausência de revistas às celas, que os guardas prisionais faziam várias vezes ao dia. Apesar de interrogarmos os guardas acerca dessa anormalidade, não nos disseram absolutamente nada. Lá fora, durante a tarde, era notório o nervosismo dos guardas da GNR que guardavam o Forte. Passaram a usar capacetes e andavam em correrias de um lado para o outro, ao contrário do que era normal. Apesar de abordados insistentemente, os guardas prisionais recusavam-se a prestar qualquer informação. Os sinais de que algo de importante se estaria a passar a nível político foram-se acumulando. A ansiedade era muita e foi aumentando. Todos sabiam da instabilidade militar que se vivia, com conspirações e ameaças de golpes de vários matizes.

Ao princípio da noite alguém descodificou uma mensagem enviada pela buzina de um carro. A mensagem registada apenas informava que tinha havido um golpe. Ma o golpe tanto poderia ser do MFA, como do grupo do Spínola, como de uma facção do regime, ainda mais à direita; neste caso, deveríamos estar atentos porquanto as nossas vidas poderiam estar em risco. Passámos a noite em sobressalto. Foi uma longa noite de vigília, acompanhando as movimentações da GNR, que tinham colocado metralhadoras no terraço do Forte (eram audíveis os arrastamentos dos tripés das metralhadoras).

Ao romper do dia, os que estavam virados para as traseiras do Forte, como era o meu caso, assistiram à rendição da GNR, que foram substituídos por Paraquedistas. O companheiro que estava na cela ao lado da minha conheceu o oficial Paraquedista que estava a comandar aquela força e interrogou-o acerca do cariz do golpe. A sua resposta tranquilizou-nos. Percebemos que estávamos a salvo de qualquer atrocidade e que a nossa libertação seria possível. Depois de uma noite angustiante, as emoções soltaram-se. Entre os presos já se ouviam gritos de euforia e vozes de incentivo. Não sabíamos que, pouco tempo depois, entrara pela parte da frente uma força de Fuzileiros Navais, com o mesmo objetivo. E também não sabíamos que, com a entrada destas duas forças militares já se desenhava uma divisão entre o MFA e o general Spínola.

Algum tempo depois, um oficial Fuzileiro Naval abriu todas as portas das celas e os presos puderam confraternizar e festejar a libertação, prometida pelo oficial. Os mais sensíveis choravam convulsivamente, não conseguindo segurar **as lágrimas da liberdade**. Um vórtice de ideias trespassou as nossas cabeças. A possibilidade da democracia, da liberdade e da justiça para o povo aliviava-nos de um enorme peso. A possibilidade de se acabarem as prisões

políticas, as torturas, a clandestinidade, e de sairmos das celas e saltarmos diretamente para a liberdade galvanizava-nos e dava-nos uma imensa alegria. Dois dos presos, acabados de vir da tortura do sono e de violentos espancamentos, não conseguiam expressar qualquer sinal de contentamento: um, com a barba por cortar e a cair de sono, não queria acreditar no que estava a acontecer e afirmava que tudo aquilo não passava de um cenário montado pela PIDE... talvez devido às alucinações da tortura do sono; o outro queixava-se de dores em todo o corpo; tinha a cabeça coberta de hematomas, com várias manchas negras e vermelhas. A confraternização passou dos corredores das celas para o pátio exterior onde nos aguardavam jornalistas de vários órgãos de comunicação social para fazerem reportagem. Os presos mais conhecidos foram entrevistados.

O confronto entre o MFA e o general Spínola prosseguiu. Tinha chegado a informação de que o general não concordava com a libertação de todos os presos. Segundo ele, não deveriam ser libertados os presos que tivessem na sua condenação crimes de carácter comum. E que portanto seria necessário fazer uma triagem. O oficial que comandava os Fuzileiros Navais foi dizendo, contudo, que os presos iriam ser todos libertados, a bem ou a mal, quaisquer que fossem as ordens; e no seu gabinete, numa sala da cadeia, colocou por detrás da sua secretária um poster vermelho com o rosto de Che Guevara, que por artes mágicas surgira ali.

A peripécia da saída dos presos mobilizou um batalhão de eminentes advogados que se apresentaram na cadeia para resolverem as questões jurídicas relativas aos processos e também para exercerem pressão sobre o novo poder político, com o propósito de não haver discriminações na libertação dos presos políticos. Perante a situação caricata, os presos reuniram-se e tomaram uma decisão: **“Ou saímos todos ou não sai ninguém.”** Os responsáveis do MFA convenceram finalmente o general Spínola a não impedir a libertação de todos os presos.

Foi já **na madrugada do dia 27 de abril** que os portões da cadeia se abriram; depois da festa da confraternização entre os presos e entre estes e os jornalistas e os advogados, seguiu-se a festa, mais comovente, entre os presos e a multidão que os aguardava, onde se encontravam muitos familiares, camaradas e amigos. Um a um, os presos foram saindo e imediatamente aclamados. Todos espreitavam a sua vez de abraçar os presos. Era um mar de braços e de abraços que escondiam muitas lágrimas de alegria.

Nessa madrugada ainda **fui de boleia até ao Rossio para cheirar a revolução e sentir a liberdade.** Em carros ou a pé, muitas pessoas circulavam de bandeiras vermelhas nas mãos, num ambiente de euforia e de alegria. Era difícil acreditar no que os próprios olhos viam, ao

passar-se tão repentinamente do cinzentismo da ditadura, do pavor da repressão, para um ambiente colorido, de fraternidade e de liberdade.

Poucos dias depois, participei no primeiro 1º de Maio em liberdade. Uma onda de entusiasmo inundava Lisboa. As ruas fervilhavam de sonhos. Recuperavam-se utopias. Foi uma manifestação impressionante, pela liberdade, pela democracia e pela justiça social; sem dúvida a mais genuína e a mais festiva da nossa história. No estádio desembocavam turbilhões de gente, que surgiam de todos os lados. **Eram quilómetros de povo a dirigirem-se para o 1º de Maio**, para festejar uma liberdade prometida por militares cansados de guerra, de mortos e de estropiados. As saudações vibravam no ar. Entoavam-se apoios ao Movimento das Forças Armadas. **Os cravos nascidos dos canos das espingardas** anunciavam o fim das amarras e dos medos que marcaram de tristeza, os rostos dos portugueses. A alegria nos olhares era uma novidade, uma transfiguração inacreditável. Os vendedores de jornais depressa despejavam as sacas que traziam a abarrotar. O povo percorria as manchetes e saciava-se de notícias acabadas de sair sem censura. Novos e velhos proclamavam as liberdades a que tinham direito. Mulheres, muitas mulheres, de rostos esfusiantes, floridas de vermelho e de beleza davam um gracioso retrato do desabrochar de uma Primavera nunca vivida em Lisboa.

Clandestinos recém-aparecidos e presos políticos recém-libertados, tentavam esconder as lágrimas e as emoções de uma imensa alegria, por respirarem o ar da libertação, por verem compensadas as longas e duras batalhas travadas contra a ditadura, e por poderem abraçar os camaradas com quem as partilharam. Os exilados, acabados de chegar, ou a chegar, apagavam as saudades que perduravam nas suas memórias. A companheira música estava presente nas vozes desafinadas e desencontradas que cantavam “**Grândola, vila morena**” e o hino nacional. Afirmava-se que **o povo unido jamais seria vencido**. Soldados e marinheiros de braço dado davam mais cor àquele mar humano, e respondiam a todas as homenagens exibindo o V de uma vitória que lhes saía da boca e do coração. O estádio estava pejado de uma multidão inflamada de emoções e do sol que aquecia Lisboa. A palavra liberdade soltava-se de todas as bocas. Panos e cartazes exprimiam as reivindicações e a imaginação do povo. As bandeiras erguiam-se por sobre as cabeças e coloriam o vasto cenário do 1º de Maio, forte réplica do terramoto político que derrubara a ditadura.

A CADEIA DA FORTALEZA DE PENICHE

Estive no Pavilhão A, que era uma cela coletiva, em 1972.

O recreio era uma vez por dia e ficava no pátio, entre o Pavilhão A e B. Tinha uma rede para se poder jogar voleibol. Lembro-me de, no 1º de Maio de 1972, irmos todos para o recreio com as melhores roupas (alguns levaram fato e gravata) e ninguém praticou desporto; limitámo-nos a passear e a conversar.

Havia uma sala, à entrada, que era a sala comum de convívio e onde comíamos. Entre a sala e a casa de banho, que ficava ao fundo, havia os quartos com várias camas.

A mesa onde comíamos era corrida. E éramos nós que lavávamos a loiça e limpávamos a cela. E fazíamos questão de ser nós. Havia uma escala.

Não havia restrições de comunicação entre os presos do Pavilhão A. Mas havia com os presos do Pavilhão B.

Não havia biblioteca do Pavilhão A.

Não havia presos comuns no Pavilhão A.

Ninguém pedia favores aos guardas, muito menos que nos comprassem algo do exterior, para além de ser rigorosamente proibido.

Quando íamos ao médico ou às visitas, por vezes, por incompetência ou por falta de pessoal, encontrávamo-nos com presos do Pavilhão B, durante o trajeto e trocávamos impressões, apesar de ser proibido.

Não me lembro de ver o mar da cela, portanto os vidros não eram transparentes.

Só era visitável pelos meus pais e pelo meu irmão (não tinha esposa nem filhos).

Enquanto lá estive, desenvolvemos uma luta para podermos ver a televisão até à hora do fecho. E conseguimos. Por sinal, no dia em que nos foi dada a autorização, dava a eleição das missas. Não estaríamos interessados em ver até ao fim, mas para consolidar a conquista tivemos de acompanhar a eleição até de madrugada.

Solicitei autorização para fazer exames a várias disciplinas, por professores da Escola Industrial e Comercial de Peniche. Fui autorizado e deslocaram-se vários professores à cadeia, para eu fazer os exames. Foram simpatiquíssimos e ajudaram-me, para além do que seria normal, pelo que obtive excelentes notas.

Fui para a cadeia de Peniche, vindo da Cadeia de Caxias, para cumprir a pena, depois de ter sido julgado no Tribunal Plenário da Boa Hora. Estive pouco tempo na Cadeia de Peniche porque, por ser militar aquando da minha prisão, mudaram a pena civil para pena militar. Fui acabar a pena no Presídio Militar de Santarém.

Jaime Fernandes

9 de dezembro de 2019